

Arinos destaca momento histórico

BRASÍLIA — A mudança brasileira será em breve, ou não será, e se o Governo não a fizer terá perdido “sua oportunidade histórica”, afirmou ontem o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, em seu discurso durante a solenidade de entrega do anteprojeto elaborado pela Comissão. O Presidente José Sarney, respondeu num improviso: “Mestre Afonso Arinos disse que é necessária a grande mudança, afirmando que esta será muito em breve ou não será. Com determinação, eu afirmo: será”.

Sem usar nenhuma vez a palavra “projeto” — referiu-se às conclusões dos estudos da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais como “relatório” e “acervo de contribuições” —, Sarney disse que “o aproveitamento das ricas sugestões” será obra da Constituinte, “em sua indelegável soberania”, deixando claro que não as encaminhará à Assembléia como propostas do Governo.

—O relatório da Comissão é muito mais do que uma proposta. É um acervo de contribuições para a reflexão dos futuros integrantes da Assembléia Nacional Constituinte — disse o Presidente, acrescentando que o documento contém inovações e encerra sugestões dos mais diversos setores da sociedade.

A questão da destinação do projeto fora abordada com elegância por Arinos que, em seu discurso, deixou claro que não espera transformá-lo numa proposta do Executivo:



O Presidente condecora o jurista Afonso Arinos, que presidiu a Comissão

— Não reivindicamos nenhum tratamento, nenhum destino para o nosso trabalho. Apenas o defendemos, em qualquer pretório, quando nos parecer conveniente — afirmou. Ponderou, contudo, que, seja ou não o anteprojeto enviado à Constituinte, “o inevitável é que ela o absorva como um dos seus mais importantes documentos de consulta.

As crises políticas, institucionais e sociais vividas pelo país nos últimos

50 anos foram lembradas nos dois discursos. Recordando o 40º aniversário da Constituição de 1946, Sarney referiu-se às crises dizendo que hoje vivemos “uma crise de nossa própria identidade e de nossas inquietações cívicas”. Segundo ele, muitas dessas inquietações estão refletidas no trabalho da Comissão.

Arinos atribuiu o meio século de crises em um século de República “à forma imitada e mal aplicada do Go-

verno presidencial”. O Presidente da Comissão deu um tom marcantemente social a seu discurso, insistindo na necessidade das mudanças, a fim de propiciar “a integração gradativa do povo no Estado, do nosso povo que tem mais de 30 milhões de pessoas praticamente alheias à ação do Estado”. Fez ainda uma comparação com o processo da Abolição da Escravatura: “As favelas de hoje são como as senzalas de ontem”, afirmou.

A Comissão encerrou seus trabalhos oficialmente na manhã de ontem, em sessão solene no Ministério da Justiça, sob a Presidência do Ministro Paulo Brossard ao lado de Afonso Arinos. Presente às duas solenidades, o ex-Ministro da Justiça Fernando Lyra — autor do decreto de criação da Comissão —, prometeu lutar na Constituinte pela aprovação das propostas. Os três Ministros integrantes da Comissão Arinos — além de Brossard, os Ministros da Cultura, Celso Furtado, e da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães —, que se afastaram dos trabalhos ao assumirem os cargos, compareceram à entrega do projeto e também o assinaram.

Com exceção de Lyra, nenhum deputado ou senador compareceu às solenidades de ontem. No Palácio do Planalto, estiveram as mulheres de alguns conselheiros, além da família de Arinos. A sala de audiências do gabinete presidencial foi pequena para todos.